

A contratação de empresas civis no contexto da Operação São Francisco pela Brigada de Infantaria Paraquedista

Átila Alves de Souza*

Introdução

A utilização de tropas das Forças Armadas (FA) em operações (Op) como a Arcanjo, em 2010, no Complexo do Alemão e da Penha, a visita do Papa Bento XVI ao Brasil em 2007 e a segurança da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, em junho de 2012, têm sido uma constante em cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro.

Em razão desse emprego, constatou-se a importância da utilização de meios civis na Operação São Francisco (Complexo da Maré), pelo contingente da Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), evento que se insere no contexto de emprego do Exército Brasileiro em apoio às *operações de garantia da lei e da ordem* (GLO) e às *operações de cooperação e coordenação com agências* (OCCA).

O governo do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2014, em razão do aumento substancial do crime na região do complexo de favelas da Maré, reconheceu formalmente o esgotamento dos instrumentos de segurança pública orgânicos, culminando com um pedido de apoio ao presidente da República. A mencionada operação militar recebeu a denominação de “São Francisco”, sendo desencadeada na área de comunidades da Maré. Essa região, por sua vez, possui uma estrutura complexa, contabilizando 15 comunidades com uma população de aproximadamente 140 mil pessoas, sendo ainda controlada por 3 facções criminosas rivais, com atitudes hostis. É nesse contexto que o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil e outros órgãos de segurança e ordem pública (OSOP) trabalharam diuturnamente.

Dessa forma, o presente estudo visa a analisar as contribuições do aproveitamento de meios civis na Operação São Francisco, no âmbito da atuação e do apoio logístico prestado pelo 20º Batalhão Logístico Paraquedista (20º B Log Pqdt) à Brigada de Infantaria Paraquedista. Pretende ainda discorrer sobre pontos positivos e oportunidades de melhoria, coletados e embasados em relatórios e opiniões de militares envolvidos no processo de gestão do apoio cerrado, bem como de elementos apoiados. Assim sendo, buscar-se-á verificar a maior ou menor utilização dos aludidos meios civis contratados em operações militares, tendo como palco o ambiente operacional urbano.

Desenvolvimento

Logística nas operações conjuntas

Ao falar de *operações conjuntas*, deve-se citar, inicialmente, o conceito emanado pelo *Manual de Doutrina de Operações Conjuntas* (BRASIL, 2011), que discrimina o seguinte:

[...] Os planejamentos das Operações Conjuntas podem ser conduzidos nos níveis estratégico, operacional e tático e devem considerar a crescente complexidade dos meios das Forças Armadas, exigindo, mais do que nunca, maior integração das estruturas de comando e controle, de inteligência e de logística. (BRASIL, 2011, p.13)

O Exército Brasileiro tem desempenhado funções coadjuvantes à sua missão de defesa da Pátria, cooperando com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e até com empresas privadas em diversas

* Maj Mat Bel (AMAN/2003, EsAO/2011, ECEME/2020). Bacharel em Física pela Universidade Moacyr Sreder Bastos (2010). Atualmente, é instrutor do Curso de Logística da EsAO.

atribuições subsidiárias. Ressalta-se, dentre elas, o apoio no combate à criminalidade, que é uma das mais importantes, ocorrendo em diversos estados brasileiros, proeminentemente, no Rio de Janeiro.

Isso posto, a temática do apoio logístico ora abordada, particularmente nas operações de garantia da lei e da ordem, sejam essas de grande vulto ou de concentração moderada de meios, deve-se fundamentar na atuação descentralizada dos elementos de apoio, além da interoperabilidade com as demais agências.

Entende-se, portanto, que esses sejam os fatores preponderantes a serem observados para o sucesso ou fracasso de qualquer missão de suporte às tropas, especificamente nesse tipo de operação.

Interoperabilidade logística

A variabilidade de operações militares que englobam a importância da interoperabilidade, na sustentação dos meios de combate, é extensa, e todas se apoiam em uma eficaz e adaptável forma de suporte.

O *Manual de Doutrina de Logística Militar* (BRASIL, 2016) contempla a tarefa logística conjunta (TLC), harmonizada com o que há de mais atual em emprego dessa função de combate, seja em situação de guerra ou de não guerra. Reúne a ideia de que instituições capacitadas, orientadas e com competência para determinada prestação de serviço poderão formar uma base de suporte e apoio logístico conjunto, desengajando o Exército de alguns setores e, por conseguinte, culminando em um esforço maior em outras atividades logísticas.

Ratificando o exposto, quando se consegue agrupar essas empresas vocacionadas e técnicos especializados em determinadas áreas e trazer a logística militar para explorar os ensinamentos provenientes dessa sinergia, encontra-se um terreno fértil para ampliar a base científico-tecnológica, logística e operacional de uma nação, conseqüentemente, a base industrial de defesa (PEREIRA, 2016 *apud* HURA *et al.*, 2000, p. 14).

O presente trabalho procura destacar que a interoperabilidade é fundamental para a coordenação e o controle das ações e, ainda, permite explorar ao máximo, e de forma positiva, a multidisciplinaridade na área de operações.

As operações interagências

As operações interagências são as interações das Forças Armadas com outras agências, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

A Força Terrestre, ao longo dos anos, atuou nas operações de pacificação em favelas no Rio de Janeiro, levando à população, acostumada à ausência do poder estatal e à criminalidade, a segurança e o acesso aos serviços públicos e privados. Esse foi um ambiente em que o Exército Brasileiro (EB) e a Marinha do Brasil (MB) enfrentaram adversários não estatais, insurgentes ou criminosos, encontrando uma cultura e organização social dos integrantes das comunidades muito distintas da cultura e organização social da tropa empregada.

Nesse contexto, ações da esfera estadual são necessárias e devem atuar de maneira simbiótica e concatenada com atividades de responsabilidade da Força. Podem ser citados como exemplos dessas ações: as atividades de órgãos de fiscalização de trânsito, visando a coibir de forma dissuasória e corretiva transportes irregulares e condutores não licenciados; colocação de mais estruturas para coleta e centralização do lixo da comunidade; destinação de veículos abandonados e roubados ao DETRAN; incentivo aos projetos sociais visando a crianças, idosos e trabalhadores; solicitação de ações dos órgãos de proteção da infância e da juventude; além da cobrança de ações sociais pelos governos estaduais e municipais com a emissão de identificações, Cadastros de Pessoa Física (CPF), certidões, carteira de trabalho e vacinação.

A terceirização do apoio logístico

A provisão, previsão e manutenção dos meios para assistir à tropa são o sustentáculo logístico de qualquer operação militar. Tendo como base esses conceitos, entende-se que o uso de companhias privadas é uma solução interessante para a redução de gastos e desen-

gajamento dos sistemas militares, conseqüentemente potencializando a sustentação das Forças Armadas.

O emprego de tropas do Exército Brasileiro em missões de pacificação da ONU, em operações de garantia da lei e da ordem e em apoio a órgãos governamentais tem requerido mudanças doutrinárias e exacerbado preocupações logísticas que, outrora, não continham a atenção devida (FERREIRA e MIGON, 2017).

O planejamento e a execução logística, conduzidos normalmente em ambientes inóspitos, bem como a interoperabilidade entre componentes militares e civis de diversos países do mundo, podem trazer ensinamentos diversos. (FERREIRA e MIGON, 2017, p. 39)

A mobilização de tropas, para qualquer tipo de atuação, deve ser acompanhada de uma série de planejamentos, levando-se em conta, especialmente, o fator integração. Tal fato permite potencializar as capacidades operativas, como se pode perceber em exércitos estrangeiros, em especial, o americano. Serrano (2014) lista três características distintas e entrelaçadas, que são: a utilização desenfreada da tecnologia em prol da virtuosidade, a presteza nas aquisições, de forma a dar celeridade e prontidão ao elemento apoiado e, por fim, a projeção de forças e apoio logístico.

Ainda assim, segundo Pereira (2016, p. 61):

a contratação de meios civis, no que tange ao emprego do Exército Brasileiro e, no contexto estudado, da Brigada de Infantaria Paraquedista, evidencia um ponto de vista tênue diante da magnitude da missão militar, mas que demanda uma preocupação, pois o dispêndio de recursos deve estar inserido num cenário de controle cerrado de custos.

Sendo assim, é importante ressaltar que, mesmo cumprindo-se a missão determinada pelo governo federal, os meios de vanguarda, direcionados ao setor de licitações e contratos, devem estar alinhados com as diretrizes legais e coadunados com a manobra, respeitando, de maneira clara e precisa, as normas e diretrizes administrativas em vigor no cenário nacional.

Conforme o manual *Logística Militar Terrestre* (BRASIL, 2003), a contratação e/ou terceirização de determinadas tarefas logísticas permitem à Força Terrestre

concentrar suas capacidades militares nas atividades finalísticas e, ao mesmo tempo, possibilita que empresas especializadas busquem ampliar sua eficiência e eficácia na prestação do apoio.

De acordo com Souza (2014), a terceirização aumenta a capacidade das forças militares para a atividade-fim, mas, em caso de emergência ou em situação contingencial, o pessoal contratado pode ser obrigado a executar serviços de operações hostis, o que requer uma avaliação do risco ao pessoal e à própria operação.

A grande diversidade de firmas locais e a lacuna de oportunidade de lucro e projeção de empresas civis facilitaram o acesso militar a essas empresas. O sistema de contratos, entretanto, enfrentou alguns óbices, pela dificuldade de adaptação dos contratos aos termos e objetivos militares. Um exemplo de problema que a coordenação das tropas de coalizão teve foi o recorrente não cumprimento de prazos pelas empresas contratadas (CASTRO, 2003).

Nesse contexto, a terceirização, na aquisição de alguns meios logísticos, torna-se preponderante para o atendimento das necessidades militares das tropas envolvidas em diferentes operações militares.

A terceirização, como visto até aqui, é fator preponderante na aquisição de importantes recursos logísticos, visando ao atendimento de necessidades militares das tropas envolvidas em diferentes operações. Essa ideia também prevaleceu na operação de intervenção objeto deste trabalho, conforme será examinado a seguir.

A logística na Operação São Francisco

Com o desencadeamento de uma operação de grandes proporções, como a Op São Francisco, tornou-se necessária a determinação das capacidades logísticas para a execução do apoio logístico na medida certa.

Esse preceito doutrinário aponta para que se trabalhe com maiores especificidades no apoio logístico, a fim de torná-lo mais apto, sem solução de continuidade, integrando e interagindo de forma sistêmica com a logística nacional e, sobretudo, prestando suporte também às outras forças, à população local e às agências governamentais e não governamentais (BRASIL, 2014).

Segundo Alencar (2014), deve-se fazer um prévio levantamento dos recursos disponíveis para o suporte logístico adequado, independente da esfera de apoio, seja no nível nacional, estratégico e operacional, englobando inclusive os meios civis contratáveis.

Na Operação São Francisco, foram estabelecidas bases para o suporte logístico integrado, dividido em dois escalões, um avançado e um recuado. A forma eleita foi o apoio ao conjunto, prestado cerradamente por um destacamento do 20º Batalhão Logístico Paraquedista.

O início das atividades de apoio propriamente ditas foi caracterizado pelo suprimento da tropa com ração tipo R2-A, o que incluiu a fase do cerco e investimento.

O CPOR/RJ e as antigas instalações do 24º BIB (em precárias condições) foram utilizados como ponto forte das tropas, sendo uma base provisória para o estabelecimento dos meios de comando e controle, alojamentos, alimentação, saúde, estacionamento de viaturas e um posto de distribuição de suprimentos da classe III (P Dstr Cl III). Parte da Vila Olímpica da Maré serviu como base de apoio permanente, além do Depósito Central da Aeronáutica, que representou outra base de apoio para essa fase (BRASIL, 2014).

Conforme especificado na Ordem Preparatória da Maré (BRASIL, 2014), durante o investimento e início da operação, o Dst Log/20º B Log Pqdt teve sua área de trens desdobrada no interior do CPOR, de maneira provisória, e desenvolveu as seguintes funções logísticas: manutenção, saúde, transporte, evacuação, suprimento e recursos humanos.

No contexto da função logística *suprimento*, a Seção de Suprimento Classe I do 20º B Log Pqdt iniciou a operação com seu nível operativo contendo cerca de 8.000 rações operacionais – R2 e um montante de 1.500 garrafas de água de 1,5L (PET), que ficaram sob sua responsabilidade, tanto nas fases iniciais como no cerco, no investimento e na substituição. Nesse ínterim, a contratação de empresas civis, responsáveis pelo fornecimento de gelo, água e pelas atividades relacionadas às instalações sanitárias, influenciou sobremaneira a operação.

A fim de dar uma ideia de custos, o suprimento classe I, nesse caso tratando-se somente de água, teve sua estimativa baseada, quantitativamente, em duas garrafas

PET por homem/dia. Assim, após a confecção de um cálculo detalhado para um mês de atuação, chegou-se ao valor de aproximadamente R\$190.000,00. Para o cálculo do gelo, estimou-se um peso de 800g por homem/dia, gerando um total de 875kg por dia (BRASIL, 2014).

Com relação à função logística *recursos humanos*, procurou-se, na medida do possível, proporcionar conforto aos militares e, por consequência, uma maior duração no combate. Foi verificado que a zona de operações não possuía um número de instalações físicas necessárias para o acantonamento das tropas em operação, sendo a solução mais viável, nesse sentido, a terceirização de serviços e meios por empresas civis contratadas.

Buscando melhorar as condições de salubridade dos usuários, foi estabelecida, por meio de estimativas, a necessidade de 1 banheiro para cada 50 militares, resultando em média 35 banheiros locados (inicialmente), computando-se assim um custo de R\$87.500,00 em média para um mês de apoio (CABRAL, 2014).

Os meios civis e as diversas iniciativas de terceirização realizadas nessa fase da operação demonstravam a preocupação da Força com a função logística *recursos humanos*, visando à duração das tropas no combate e especialmente a manutenção do moral da tropa. Devido ao grande efetivo empregado, e pelo fato de estarem acantonadas, a proporcionalidade de uso das instalações físicas locais não era suficiente e adequada. A capacidade operativa emanada da terceirização foi uma solução viável e obedecia a critérios como modularidade e qualidade, resolvendo o óbice dentro da real necessidade de cada Força.

No desenrolar da missão, após a conquista efetiva da comunidade pelas tropas paraquedistas e passadas as fases de investimento e ocupação, seguiu-se um período de relativa estabilidade. Deu-se início, então, aos melhoramentos e à adaptabilidade logística. Tais linhas de ação, antes tomadas na fase de planejamento pré-ocupação, foram revistas, buscando a melhoria das condições dos militares e, conseqüentemente, o incremento da operacionalidade e poder de combate da tropa.

A interoperabilidade com o vetor civil se fez presente durante o transcorrer de toda a operação. Um exemplo significativo, nessa fase, foi a ocupação de espaços no Clube São Cristóvão, por uma subunidade da

26º Batalhão de Infantaria Paraquedista, onde cerca de 110 militares estavam acantonados em uma base improvisada dentro da sua área de atuação. Essa provi-dência facilitou e dinamizou a operabilidade da tropa na condução dos trabalhos dentro do seu setor.

Foram ainda utilizados, para acomodação da tropa, o CPOR/RJ e o Centro de Transporte e Logística da Aeronáutica (CTLA). Em virtude, porém, da grande demanda de espaço, houve a necessidade de serem adotadas algumas medidas para o melhoramento do conforto da tropa. Os alojamentos e instalações foram redivididos, e a tropa utilizou barracas do tipo 10 pra-ças, que foram fornecidas pelas unidades empregadas. Posteriormente, a Base de Apoio Logístico do Exército cedeu barracas repatriadas da missão no Haiti, com ca-pacidade maior e melhores condições.

Foram contratadas empresas civis ligadas ao ramo da construção e engenharia, que realizaram diversas mudanças estruturais na parte de alvenaria da base no 24º BIB, melhorando os antigos alojamentos, recupe-rando a parte hidráulica dos deteriorados banheiros da antiga unidade e adaptando, para receber uma cozinha de campanha, o refeitório da unidade, que se encon-trava em estado de ruína. Foram, ainda, contratados e instalados, nas áreas de trens da Força-Tarefa Velame, cerca de 50 banheiros químicos, facilitando ainda mais a adaptação da tropa ao local de acantonamento.

No Relatório Logístico (BRASIL, 2014), ficou elucidada que as altas temperaturas exigiram medidas peculia-res, como o intenso fornecimento de água, grande dota-ção de suprimento de gelo e o incremento do serviço de lavagem de roupas desenvolvido pelo posto de lavagem (P Lav) do 20º B Log Pqdt. Distribuiu-se, diariamente, cerca de 2.000 garrafas de água, aproximadamente 1 to-nelada de gelo, que chegava do fornecedor em dias in-tercalados. O Dst Log contava, ainda, com uma Vtr fri-gorífico, que operava de maneira estacionária e realizava a estocagem e a distribuição de material descartável para suprir as áreas de trens (BRASIL, 2014).

Conclusão

Vive-se atualmente em um mundo volátil, incerto, ambíguo e complexo, em constantes mudanças, que, de

maneira direta e indireta, têm afetado as relações entre civis e militares, no que tange, sobretudo, ao apoio lo-gístico, durante as operações de guerra e não guerra. O Exército Brasileiro buscou enquadrar-se nesse con-texto, realizando alterações e atualizações doutrinárias no sentido de melhor apoiar a Força e consolidar ainda mais a confiança da população.

Diante do acentuado emprego do Exército em atri-buições subsidiárias e de destinação constitucional, tanto em território nacional quanto internacional, este trabalho buscou analisar o usufruto de recursos civis terceirizados, adjudicados à logística militar, baseando-se em informações advindas da interoperabilidade nas operações de cooperação e coordenação com agências em ambiente assimétrico.

Como se viu, as ações realizadas pela Força de Paci-ficação no Complexo da Maré, a partir de sua ocupa-ção por tropas federais, representaram uma espécie de resposta política momentânea do governo do Estado do Rio de Janeiro à sociedade brasileira como um todo. Buscou-se encontrar uma solução rápida e eficaz para acabar com o caos que se instalara naquela região. Para isso, foi empregada a Brigada de Infantaria Paraque-dista, uma força de ação rápida com um elevado poder de combate e adestramento.

O emprego da Força Terrestre vem ocorrendo dentro de um cenário cada vez mais vocacionado às operações em ambiente conjunto e interagências. Tal fato fomentou a ideia da interoperabilidade, em que a coordenação e o controle das atividades logísticas permitiram a adequação e utilização da contratação de civis para otimizar as ações no campo operacional. Dessa forma, instituições capacitadas e vocacionadas para prestação de um serviço podem formar uma base de suporte e apoio logístico conjunto, desonerando o Exército de alguns setores e funções específicas.

A terceirização e o emprego de meios civis contra-tados proporcionaram uma série de vantagens com relação ao apoio logístico às operações militares. Uma delas é a liberação de fontes internas do Exército para outras finalidades, isto é, a utilização de meios físicos e materiais para a realização da atividade-fim, que se-ria o combate propriamente dito. Outra vantagem se-ria aumentar o foco da Força em missões específicas

de caráter operacional, em detrimento das atividades de cunho administrativo, que demandam tempo e desgaste excessivo da tropa empregada. O gerenciamento e o controle de atividades complexas e específicas, por outros órgãos ou empresas, como a confecção, a distribuição, a utilização de lavanderias para apoiar as tropas durante as operações, desoneram e aumentam a capacidade operativa da Força, que se volta para atividade para que é vocacionada – o combate.


Outro aspecto positivo relativo à operação no Complexo da Maré foi a utilização do suprimento “CI I água”. O acondicionamento desse suprimento em garrafas PET de 1,5L proporcionou um maior controle sanitário, limpeza e qualidade da água, somadas à mobilidade e rapidez na distribuição desse produto à tropa. Além disso, a água envasada proporciona maior facilidade para a estocagem, armazenamento e controle nas áreas restritas do destacamento logístico.

Deve-se ressaltar que o apoio logístico às operações militares, no que tange à terceirização e ao emprego de meios civis contratados, também apresenta desvantagens significativas. Uma delas se deve à complexidade dos materiais empregados em diversas operações, que muitas vezes obrigam as forças atuantes a buscarem, em empresas terceirizadas e meios civis contratados, o apoio para a manutenção de materiais específicos. Essa situação ainda é agravada pelo fato de as organizações militares logísticas empregadas não deterem, por completo, a tecnologia necessária à realização da manutenção de equipamentos, particularmente as revisões mais específicas e complexas.

Outra desvantagem, segundo CASTRO (2003), é que, embora exista uma grande diversidade de empre-

sas locais, facilitando o acesso da administração militar, o sistema de contratos enfrentou alguns óbices, pela dificuldade de sua adaptação aos termos e objetivos militares. Além disso, algumas firmas apresentaram problemas em honrar prazos e compromissos firmados, o que provocou atrasos na entrega de cargas, dificultando o apoio, a coordenação e o controle do fluxo logístico para a tropa apoiada.

Em síntese, a contratação de empresas civis para apoiar diretamente a Brigada de Infantaria Paraquedista, na Operação São Francisco, contribuiu de maneira significativa para aumentar o poder de combate das tropas empregadas. Dessa forma, o suporte logístico à Operação São Francisco também foi uma valiosa fonte de novos e importantes aprendizados relacionados às operações no amplo espectro. No que se refere ao apoio logístico, destacam-se os desdobramentos de base em áreas urbanas e humanizadas, trazendo à tona a necessidade de mudanças e aperfeiçoamentos doutrinários, visando a uma adaptação ao novo cenário e ambiente situacional vigente, em que estão imersas as atuais operações do Exército Brasileiro.

Por fim, pode-se concluir que a contratação de empresas civis, na prestação de serviços diretamente às tropas empenhadas na Operação São Francisco, contribuiu significativamente para o apoio realizado pelas organizações militares de logística (Base de Apoio Logístico do Exército, 20º B Log Pqdt e o 1º D Sup), uma vez que o processo de distribuição mostrou-se mais eficaz, os serviços prestados pelas empresas foram mais rápidos e efetivos, permitindo à tropa voltar-se para sua atividade-fim – o combate. 

Referências

ALENCAR, Thales Mota de. **A gestão de suprimento Classe V (Munição) no Exército Brasileiro adequada ao tempo de paz**. 2014. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 100-10**: manual de campanha Logística Militar Terrestre, Brasília, DF, 2ed. 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD 30-M-01**: doutrina de operações conjuntas. Brasília, DF, vol. 1, ed. 1, 2011.

BRASIL. Exército Brasileiro. Brigada de Infantaria Paraquedista. **Estudo de Situação Logística da Força de Pacificação Maré**. Rio de Janeiro. 2014. Relatório exposto ao Comando da Força de Pacificação Maré.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD 42-M-02**: doutrina de logística militar, Brasília, DF, ed. 3, 2016.

BRASIL. Ministério de Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.216**: A Logística nas Operações. Brasília, DF, 1. ed. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, DF, 9 de junho de 1999.

BRASIL. Seção de Operações Complementares. Ministério da Defesa. **Distribuição das Operações de GLO 1992-2019**. 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/grafico_barra.pdf>. Acesso em: 17 fev 2019.

CABRAL, Sérgio. **Ocupação do Complexo da Maré**: Solicitação de Emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. 2014. Ofício GG nº 1081/2014 – Governo do Estado do Rio de Janeiro – Gabinete do Governador. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/454718/RESPOSTA_PEDIDO_4-%20Ofcios.pdf>. Acesso em: 11 abr 2019.

CARVALHO, F. L. O Emprego das Forças Armadas Brasileiras no Combate ao Crime Organizado do Rio de Janeiro (2010): Um Câmbio da Política de Segurança Pública Brasileira. **Military Review**, p. 42-54, jan-fev 2013.

CASTRO, Fábio Benvenuti. **A Logística na Guerra do Golfo**: A Logística constitui um sistema operacional com o propósito de prever e prover recursos de toda ordem que permitam a realização de campanhas militares. Tal esforço ficou bastante evidenciado em um dos mais recentes conflitos da Era Contemporânea: a Guerra do Golfo. 2003. Disponível em: <<http://www.segurancaedefesa.com/index.php/artigos/231-a-logistica-na-guerra-do-golfo>>. Acesso em: 29 mar 2018.

ESCOTO, Roberto. Guerra Irregular: A Brigada de Infantaria Paraquedista como Força de Pacificação no Complexo da Maré. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, p. 6-25, jan-jun, 2015.

FERREIRA, Sylvio; MIGON, Eduardo. **A Logística de Uma Missão de Paz**: Um Estudo de Caso do Saara Ocidental Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. p. 38-52, v. 6, n. 11, jan-jun 2017.

PEREIRA, Fabio da Silva. **O ambiente interagências nas Operações de Pacificação do Complexo da Maré**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

RIO DE JANEIRO. Diogo Coelho. Secretaria de Segurança (Org.). **Rio de Janeiro**: a Segurança Pública em números: Evolução dos principais indicadores de criminalidade e atividade policial no Estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2015. Rio de Janeiro, 2016. 35 p. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/SegPublicaemnumeros.pdf>. Acesso em: 16 abr 2019.

SERRANO, Paulo Jorge da Silva Gonçalves. **A Logística Multinacional em Teatros de Operações**. O caso da Nato. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa – Ual, Lisboa, 2014.

SOUZA, Bruno Dittz de. **Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Maré**: constitucionalidade ou inconstitucionalidade das Operações de Garantia da Lei e da Ordem. 2014. 47 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.